MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 242/2006. — Nos termos do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime de comércio de licenças de emissão na Comunidade Europeia, foi solicitada a autorização para a constituição de um agrupamento de instalações cujo administrador nomeado é a empresa SECIL — Companhia Geral de Cal e Cimento, S. A.

Considerando os documentos apresentados ao Instituto do Ambiente, nos termos da Portaria n.º 119/2005, de 31 de Janeiro de 2005;

Considerando os pareceres favoráveis do Instituto do Ambiente e da Direcção-Geral de Geologia e Energia;

Considerando que a presente solicitação cumpre o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro:

Determina-se que, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, seja aprovado o pedido para a constituição de um agrupamento no âmbito do comércio europeu de licenças de emissão, cujo administrador é a empresa SECIL — Companhia Geral de Cal e Cimento, S. A., para as seguintes instalações:

Instalação n.º 1: fábrica da SECIL/Outão (PNALE 325);

Operador: SECIL — Companhia Geral de Cal e Cimentos, S. A.;
Actividade n.º 3.1 — instalações de produção de clínquer em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 500 t por dia ou de cal em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 50 t por dia ou noutros tipos de fornos com uma capacidade de produção superior a 50 toneladas por dia;

Instalação n.º 2: fábrica da Maceira-Liz (PNALE 324);

Operador: CMP — Cimentos Maceira e Pataias, S. A.;
Actividade n.º 3.1 — instalações de produção de clínquer em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 500 t por dia ou de cal em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 50 t por dia ou noutros tipos de fornos com uma capacidade de produção superior a 50 t por dia;

Instalação n.º 3: fábrica da Cibra-Pataias (PNALE 429);

Operador: CMP — Cimentos Maceira e Pataias, S. A.;
Actividade n.º 3.1 — instalações de produção de clínquer em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 500 t por dia ou de cal em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 50 t por dia ou noutros tipos de fornos com uma capacidade de produção superior a 50 t por dia;

Instalação n.º 4: fábrica da SECIL Martingança (PNALE 332);
Operador: SECIL Martingança — Aglomerados e Novos Materiais para a Construção, L.ª

Actividade n.º 3.1 — instalações de produção de clínquer em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 500 t por dia ou de cal em fornos rotativos com uma capacidade de produção superior a 50 t por dia ou noutros tipos de fornos com uma capacidade de produção superior a 50 t por dia.

5 de Maio de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Despacho conjunto n.º 243/2006. — Nos termos do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime de comércio de licenças de emissão na Comunidade Europeia, foi solicitada a autorização para a constituição de um agrupamento de instalações cujo administrador nomeado é a empresa Cerâmica do Centro, L.ª

Considerando os documentos apresentados ao Instituto do Ambiente, nos termos da Portaria n.º 119/2005, de 31 de Janeiro de 2005;

Considerando os pareceres favoráveis do Instituto do Ambiente e da Direcção-Geral de Geologia e Energia;

Considerando que a presente solicitação cumpre o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro:

Determina-se que, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, seja aprovado o pedido para a constituição de um agrupamento no âmbito do comércio europeu de licenças de emis-

são, cujo administrador é a empresa Cerâmica do Centro, L.ª, para as seguintes instalações:

Instalação 1: Cerâmica do Centro, L.ª (PNALE 98):

Operador: Cerâmica do Centro, L.ª;

Actividade 3.3 — instalações de fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75 t por dia e ou uma capacidade de forno superior a 4 m³ e uma densidade de carga enforada por forno superior a 300 kg/m³;

Instalação 2: Fábrica Jerónimo Pereira Campos, Filhos, S. A. (PNALE 451):

Operador: Fábrica Jerónimo Pereira Campos, Filhos, S. A.;
Actividade 3.3 — instalações de fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75 t por dia e ou uma capacidade de forno superior a 4 m³ e uma densidade de carga enforada por forno superior a 300 kg/m³;

Instalação 3: INDUCERÂMICA — Indústrias de Cerâmica, S. A. (PNALE 256):

Operador: INDUCERÂMICA — Indústrias de Cerâmica, S. A.;

Actividade 3.3 — instalações de fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75 t por dia e ou uma capacidade de forno superior a 4 m³ e uma densidade de carga enforada por forno superior a 300 kg/m³.

20 de Julho de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Rectificação n.º 346/2006. — Por ter saído com inexactidão se rectifica o despacho n.º 8304/2005, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 75, de 18 de Abril de 2005, a p. 6192, 2.ª col., pelo que onde se lê «Nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, passarão a desempenhar funções no gabinete de apoio aos gabinetes dos membros do Governo, em regime de destacamento» deve ler-se «Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, passarão a desempenhar funções no gabinete de apoio aos gabinetes dos membros do Governo, em regime de requisição» e onde se lê «Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, desempenhará também funções, em regime de destacamento» deve ler-se «Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, desempenhará também funções, em regime de requisição».

31 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Rectificação n.º 347/2006. — Por ter saído com inexactidão se rectifica o despacho n.º 58/2006, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de Janeiro de 2006, a p. 1032, pelo que onde se lê «Director regional da Direcção Regional da Energia do Centro, do Ministério da Economia (1996-2001)» deve ler-se «Director regional da Direcção Regional do Centro, do Ministério da Economia (1996-2001)», onde se lê «Inspector-geral das Actividades Económicas (2001-2004)» deve ler-se «Inspector-geral das Actividades Económicas (2001-2005)», onde se lê «Presidente da Comissão Permanente para a Normalização, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade» deve ler-se «Presidente da Comissão Permanente para a Normalização, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade (1986)» e onde se lê «Presidente da Comissão Permanente para a Certificação, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade» deve ler-se «Presidente da Comissão Permanente para a Certificação, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade (1987)».

20 de Fevereiro de 2006. — O Chefe de Gabinete, *João Correia Neves*.